

O Museu Nacional de Bagdade

A perda de um património cultural

*Desde 1991,
vários ataques
foram proferidos
contra este património
e instituições iraquianas
onde se encontravam
outros objectos
arqueológicos.
O ataque final
ao Museu Nacional
era previsível,
dado que o bloqueio
levantado pelos Estados
Unidos levou a um
considerável
empobrecimento
da população
e dos recursos técnicos
de apoio aos museus
e bibliotecas.*

José Carlos Calazans
*Bolseiro da FCT
para estudos de doutoramento
na Sorbonne*

O século XIX viu nascer a arqueologia na bacia do Mediterrâneo oriental. A aventura de descobrir as cidades do mundo clássico e pré-clássico, de seguir os roteiros gregos e latinos do comércio e da guerra do mundo antigo, levou vários aventureiros e investigadores amadores a percorrer as regiões da Grécia, da Anatólia, da Pérsia, da Mesopotâmia, da Arábia e da Índia. Esta foi a época onde o pensamento romântico se estendeu mais, onde homens e mulheres trocaram as suas profissões e lugares confortáveis na sociedade, pela aventura e pela descoberta das culturas bíblicas e orientais.

Neste contexto de aventura e descoberta, inspirada e iniciada pela campanha de Napoleão no Egipto (1798), uma pléiade de arqueólogos e de linguistas lançaram-se a identificar e a classificar os sítios mais importantes do mundo antigo: Heinrich Schliemann, Ernst Curtius, Arthur Evans, Jean-François Champollion, Giovanni Battista Belzoni, Auguste Mariette, Flinders Petrie, Paul-Émile Botta, Auster Henry Layar, Henry Creswicke Rawlinson e Leonard Woolley, entre muitos.

O território que constitui o actual Estado do Iraque inclui um património cultural dos mais importantes na história da humanidade. Durante o quinto milénio antes de Cristo emergiram vários povoados entre os rios Tigres e Eufrates, aí surgiu igualmente uma das primeiras escritas da humanidade (o cuneiforme); as cidades de Ashur, de Ur (capital dos Sumérios, cidade natal de Abraão), de Nimrod, de Nínive e de Babilónia entre ou-

tras, foram os centros de uma das maiores culturas da humanidade que influenciaram o Oriente Médio nas ciências, nas línguas e nas artes. Mas a presença humana e a produção dos primeiros artefactos e utensilagem remontam a c. 9.000 anos a.C., um longo percurso evolutivo de uma enorme riqueza de valor incalculável.

Antes da criação do Estado Iraquiano e ainda durante o domínio Otomano, Austen Henry Layard (1817-1894) e Henry Creswicke Rawlinson (1810-1895) foram os primeiros a dar início às campanhas arqueológicas da Pérsia e da Antiga Suméria. Ambos recolheram um enorme número de peças que enviaram para o British Museum, e se ao primeiro se deve a descoberta das tábuas cuneiformes dos arquivos do estado, a partir das quais muito se sabe sobre a cultura e história da Assíria e Babilónica, ao segundo se deve a decifração da pedra (trilingue) de Behistum (*Persian Cuneiform Inscription at Behistun*, 1846-51) permitindo pela primeira vez entender os textos em cuneiforme descobertos na Mesopotâmia (biblioteca do rei Ashurbanipal) e iniciar os estudos de filologia oriental. Desde finais do século XIX até à década de trinta do século XX que a Inglaterra, a Alemanha e a França enriqueceram os seus museus com peças de enorme valor oriundas da Mesopotâmia e dos grandes centros das culturas pré-clássicas.

A disputa pelos campos arqueológicos e a corrida pelas colecções arqueológicas, estimulada pela campanha de Napoleão no Egipto, teve o seu fim aparente em 1936 quando, por determinação governamental, o Iraque passou a considerar todos os objectos arqueológicos e monumentos encontrados no seu território, como património nacional. A partir desta data, e como membro de pleno direito da Liga das Nações (desde 1932), o Iraque considerou qualquer objecto patrimonial que seja retirado do solo, subsolo ou museu, para fora das suas fronteiras e sem permissão do governo, como propriedade roubada, sendo o acto punível pela lei. Todo o espólio arqueológico anteriormente levado pelos arqueólogos europeus para os respectivos museus, não ficaram abrangidos por esta lei.

A fundação do Museu Nacional de Bagdade está ligada à criação do Estado Iraquiano, representando a sua identidade histórica e cobrindo um período que vai de c. 9.000 a.C. até ao período islâmico, partilhado pelas seitas Sunnita e Shi'íta – o acervo do Museu de Bagdade é (foi) comparável ao do Louvre, de Berlim, de Pérgamo e de Londres. Se o petróleo e a geopolítica elegeram a região como uma das plataformas mais importantes na estratégia do Oriente Médio, a sua história não é menos importante. Mas tal como a construção da identidade política iraquiana, também a arqueologia da Mesopotâmia teve (e tem) os seus acidentes, não menos perigosos e destrutivos, desde o início da sua história mais recente.

À decadência e desfragmentação do Império Otomano e do estado de abandono em que ficaram as suas províncias, sucederam-se os movimentos nacionalistas do final do século XIX. Porém, a falta de unidade política e o período da Primeira Guerra Mundial, marcaram um compasso de espera para a criação do Estado Iraquiano. Em 1918 a declaração Franco-Americana prescrevia que todos as potências dos territórios ocupados (como a região do Iraque pelos forças inglesas), deveriam ter em conta os desejos das populações para a sua autodeterminação. Neste sentido, em Março de 1920, Abdullah ibn-Husein era escolhido para rei, mas não sem a Inglaterra continuar a governar o Iraque por mais um mandato da Liga das Nações. A presença britânica no Iraque, entretanto, provocou várias revoltas e só depois da conferência realizada no

Cairo, em Março de 1921, é que o “Reino do Iraque” foi aceite e a coroa atribuída ao futuro rei Faisal.

Em 1932 o jovem Iraque foi admitido na Liga das Nações e desde essa data até hoje, o Estado do Iraque têm passado por uma longa série de golpes de estado, uma grande parte provocados pelas relações políticas com a Inglaterra e com o Egipto. Só a partir de 1958, após o assassinato do rei Faisal II, é que o Iraque se tornou numa república, liderada pelo General Kassem, deposto em Fevereiro de 1963 por outro golpe de estado; este novo regime acabaria por reconhecer o Kuwait; em 1964 deflagrava a guerra com os Curdos e só em 1970 o Estado do Iraque reconheceria a autonomia do Curdistão. A tomada do poder por Sadam Husein em 1974, iniciou uma nova era de política no Iraque que terminou abruptamente com a invasão norte-americana em 2003.

Até 2003 o Museu Nacional de Bagdade manteve o seu espólio intacto, mas logo após a Guerra do Golfo (1991) um grande número de objectos de arte oriundos da região começaram a aparecer no mercado negro, nomeadamente relevos assírios em calcário. A pobreza das populações ligada às ofertas imediatas do mercado negro têm sido duas constantes na delapidação do património do Iraque, mas não só a miséria económica têm sido a causa para a perda deste enorme património da humanidade. A destruição das estátuas de Bamian no Afeganistão, representa o ponto mais alto da ignorância religiosa, da deterioração da identidade comunitária e do isolamento cultural. A ameaça contra o património mundial não escolhe religiões nem partidos, e sempre que se dá a quebra de uma unidade nacional como no Iraque, o seu património fica quase sempre sujeito ao saque.

Neste caso e desde 1991, vários ataques foram proferidos contra este património e instituições iraquianas onde se encontravam outros objectos arqueológicos. O ataque final ao Museu Nacional era previsível, dado que o bloqueio levantado pelos Estados Unidos levou a um considerável empobrecimento da população e dos recursos técnicos de apoio aos museus e bibliotecas (o embargo económico impediu a compra de sistemas de alarme e de ar condicionado). Como os saques se mantiveram desde 1991 até 2003 com uma certa regularidade, é provável que toda a acção de saque tenha sido orquestrada do exterior pelo mercado negro internacional. Mas o insólito não deixa de ser acrescido com a cumplicidade de certos funcionários, os únicos que poderiam dizer onde se encontravam os cofres do Museu; do roubo do catálogo (escrito à mão), onde se encontravam registados todos os objectos aí depositados, assim como do recém criado arquivo digital. O desaparecimento de ambos os arquivos leva à inevitável identificação das peças.

Mas os casos insólitos ligados ao saque do Museu de Bagdade não ficaram por aqui. Quando se esperava que as tropas americanas protegessem o Museu, a sua apatia foi totalmente desconcertante. Como refere Daniel Barenboim (Museu de Berlim), “fiquei extremamente irritado com o facto dos soldados americanos terem dito que não estavam em condições de impedir o que aconteceu”. A ironia da história conta-nos que Sadam Husein tiranizou o seu povo, deu abrigo a terroristas islâmicos mas protegeu um enorme legado cultural da humanidade, em contrapartida, as forças americanas e britânicas libertaram o Iraque e o seu povo da tirania, mas não foram capazes de salvar o nosso património. Como disse a directora-djunta do Museu Nacional de Bagdade, Midal Amin, “dois tanques no pátio interno [do Museu] teriam sido suficientes para assustar”.

JOSÉ CARLOS CALAZANS

O saque de obras de arte e do património cultural em geral reflecte problemas profundos ligados à perda da vitalidade da herança cultural e a problemas relacionados com a capacidade de transmitir essa mesma herança. Nestes problemas podemos incluir: ignorância, perda de conhecimento, desintegração nacional, vandalismo, roubo de obras de arte, fragmentação cultural, empobrecimento cultural, dispersão das colecções, falta de registos históricos adulteração da herança cultural, destruição de documentos históricos, ignorância religiosa, desgaste da identidade cultural, fragmentação da identidade comunitária, monumentos históricos em estado de deterioração, isolamento cultural, abuso de valores culturais, etc.